



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

19 de Maio 2021

Portugal anuncia verba para modernizar Santuário da Muxima

Paris (Dos enviados especiais) - Uma linha de financiamento para Angola, destinada a reabilitação da Igreja da Nossa Senhora da Muxima (Luanda) e construção de estradas, foi aprovada pelo Governo de Portugal, anunciou esta terça-feira o primeiro-ministro luso, António Costa.

À saída de um encontro com o Chefe de Estado angolano, João Lourenço, em Paris (França), António Costa não avançou o montante do financiamento, mas assegurou que os créditos destinados a Angola, anteriormente pendentes, já estão disponíveis.

João Lourenço e António Costa participaram hoje, na capital francesa, na Cimeira sobre a Economia de África, organizada pelo Governo francês. A Cimeira, que contou com a participação de dezenas de líderes africanos, discutiu o relançamento do crescimento das economias dos países africanos.

Santuário da Muxima

A modernização do Santuário da Muxima foi assumida pelo Estado angolano. Actualmente monumento nacional, a Igreja da Nossa Senhora da Muxima tem a sua manutenção e preservação sob responsabilidade do Ministério da Cultura de Angola, embora pertença à Igreja Católica.

Existem outros santuários em Angola, mas o da Muxima, situado a 130 quilómetros de Luanda (na margem esquerda do rio Kwanza), é o que mais reúne católicos. É uma devoção que

remonta ao ano de 1833. A futura Basílica vai ficar em frente a antiga capela, edificada em 1645 e dedicada à Nossa Senhora da Conceição. (ANGOP)++++

Cimeira recomenda produção de vacinas em África

Paris (Dos enviados especiais) - A Cimeira sobre a Economia de África, que contou com a presença do Presidente angolano, João Lourenço, recomendou hoje (terça-feira), em Paris, a mobilização de financiamento para a produção de vacinas contra a Covid-19 no continente africano.

No encontro, em que participaram dezenas de líderes africanos, o Presidente de França, Emmanuel Macron, defendeu a transferência "imediate" de tecnologia e capacidade intelectual, a fim de potenciar os países africanos a produzirem vacinas.

Segundo o Estadista francês, a intenção é financiar o continente africano com um valor de 100 mil milhões de dólares, por via do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que os países africanos tenham necessidades de financiamento equivalentes a 450 mil milhões de dólares, até 2025, daí a ideia de aumentar a ajuda de emergência.

No evento, que encerrou no início da noite desta terça-feira na capital francesa, o Presidente Emmanuel Macron defendeu a ideia de renovação económica no continente africano. Em nome dos líderes africanos presentes no evento, o Presidente em exercício da União Africana, Félix Tshisekedi, sublinhou as consequências económicas da pandemia Covid-19 no continente e a necessidade da sua recuperação.

A Cimeira, uma iniciativa do Governo francês, discutiu o relançamento do crescimento das economias dos países africanos, com base no envolvimento dos parceiros internacionais e na criação de um pacote de apoio massivo.

O projecto tem a ver com a criação de um pacote massivo de apoio destinado ao continente para superar o choque da pandemia da Covid-19. A Cimeira desta terça-feira visa,

igualmente, o lançamento da base para um novo ciclo de crescimento, que beneficiará os povos africanos, mas que pode ser, também, um motor para toda a economia mundial.

Além dos líderes africanos e do anfitrião Emmanuel Macron, a reunião juntou, igualmente, representantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio, Nações Unidas, União Africana e União Europeia.

João Lourenço reúne-se com Emmanuel Macron

À margem da Cimeira, o chefe de Estado angolano, João Lourenço, manteve um encontro, no Palácio do Eliseu, com homólogo francês, Emmanuel Macron, durante o qual analisaram questões bilaterais e regionais.

Angola e França estabeleceram relações diplomáticas a 17 Fevereiro de 1976. Em 1982, os dois países assinaram um Acordo Geral de Cooperação. Os dois países possuem relações de cooperação política, económica e cultural, que conheceu novos desenvolvimentos, depois da visita oficial do Presidente João Lourenço àquele país europeu, a 28 de Maio de 2018.

A França pretende alterar e aprofundar as relações comerciais com Angola, no âmbito da diversificação económica em curso no país. Constam das prioridades questões ligadas à industrialização, particularmente nos domínios da logística, distribuição, agro-negócio, entre outras áreas. (ANGOP)++++

Parlamento elege novo Provedor de Justiça

Luanda - A Assembleia Nacional (AN) elege esta quarta-feira, na sua 8ª Reunião Plenária Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da IV Legislatura, o novo provedor de Justiça e seu adjunto.

O Grupo Parlamentar do MPLA propôs a jurista Florbela Araújo para provedora de Justiça, em substituição de Carlos Alberto Ferreira Pinto, que exercia o cargo desde Janeiro de 2018.

Para provedor-adjunto, o MPLA indicou o jurista Aguiinaldo Guedes da Costa Cristóvão, em substituição de Florbela Araújo. Carlos Alberto Ferreira Pinto enviou, recentemente, uma carta de renúncia ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade dos Santos, evocando razões pessoais.

Na reunião da AN, o plenário também vai proceder à votação final global da Proposta de Lei do Voluntariado, bem como à discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei da Actividade Seguradora e Resseguradora.

Com 04 capítulos e 13 artigos, a Proposta de Lei do Voluntariado estabelece o regime jurídico do Voluntariado, com vista a regular e promover a participação dos cidadãos em acções voluntárias. Vai, igualmente, à apreciação e votação o Projecto de Resolução para a Ratificação do Acordo de Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC (FDR-SADC).

Avaliado em 13 bilhões de dólares norte-americanos, o referido acordo visa a criação de um mecanismo de funcionamento regional nas áreas de desenvolvimento infra-estrutural, industrial e social dos países membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

De igual modo, os legisladores vão discutir e votar o Projecto de Resolução do Tratado para a Ratificação do Acordo sobre a Extradução e Transferência de Pessoas Condenadas a Penas Privativas de Liberdade entre Angola e a Namíbia.

A implementação deste acordo de cooperação permitirá a criação de condições para os condenados de cada um dos países cumprirem, no meio social de origem, as penas de prisão que lhe tenham sido aplicadas no outro Estado.

Na mesma reunião, os deputados vão ainda apreciar e votar o Projecto de Resolução para a substituição dos membros indicados pelo MPLA nas comissões provinciais eleitorais de Benguela, do Cuando Cubango, da Lunda-Norte, do Namibe e do Zaire, assim como 331 representantes nas comissões municipais.

(ANGOP)++++

Angola procura mudanças na cadeia de valor agro-alimentar

Luanda - O Executivo angolano, em parceria com a FAO, prevê capacitar, até Novembro deste ano, um grupo de 600 actores do agro-negócio e agro-alimentar do país, visando o desenvolvimento e melhor organização da cadeia de valores inclusivas do milho, café, mandioca e hortícolas, por cada província.

A iniciativa, inserida no Agro-Prodesi, foi anunciada nesta terça-feira, numa vídeo-conferência, e envolve o Ministério da Economia e Planeamento (MEP), o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem), a FAO e académicos.

Com este plano de formação, que se enquadra no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi), augura-se um reforço das capacidades técnicas e funcionais dos actores públicos e privados, com vista a identificação e priorização das cadeias de valor agro-alimentar de maior relevância por cada província.

Pretende-se, de igual modo, a definição de instrumentos e mecanismos para a promoção do investimento nessas mesmas cadeias, reduzindo riscos.

O assistente da área de programas da FAO, Anastácio Roque, disse que a iniciativa envolve, além da componente capacitação, o acompanhamento e melhoria dos actores estratégicos da cadeia de valores agro-alimentares e agro-negócios. Assim, referiu fonte, procura-se o desenvolvimento com a participação do sector público e privado, académicos, cooperativas e prestadores de serviços, para promoção de ligações ao longo das cadeias de valor, estimular o intercâmbio e colaboração entre os actores.

Em cada província, estão a ser mobilizados pelo menos 30 participantes, para se alcançar uma cifra de 600 actores-chave no agro-negócio e cadeias de valores a nível nacional. Durante seis meses, estes terão acesso a tópicos estratégicos como de parcerias público-privadas para a promoção de investimento nas

cadeias de valores agrícolas, inclusão do pequeno produtor nos modelos do agronegócio e financiamento à agricultura familiar, sistemas de mercado e ciclos curtos de comercialização, inovação na extensão e produção sustentável.

Seis facilitadores, incluindo académicos ao serviço do Prodesi, com o apoio dos gabinetes provinciais de desenvolvimento económico integrado e departamentos do Inapem e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), farão o acompanhamento do processo de formação em formato presencial, através da realização de workshops, exercícios práticos, debates, visitas de campo e troca de experiências.

O ciclo de hoje contemplou quatro temas, entre os quais, "Os maiores desafios e a situação actual das cadeias de valores produtoras em Angola", "Análise da cadeia de valores, mapeamento e análise de mercado e serviços", "Boas práticas de desenvolvimento da estratégia de melhoramento da cadeia de valores e a partilha de experiência da cadeia de valor do café".

Para Bárbara Hladka especialista da FAO em agonegócios e cadeias de valor a nível de África, as principais barreiras do sector privado, que impedem o investimento no sector privado são semelhantes em alguns países.

O sector privado, como bancos, disse a especialista, não investe muito na cadeia de valores do sector agrário, por estas serem muito confusas e desorganizadas, o que eleva os riscos.

Por isso, defende ideias mais claras em torno das recomendações concretas para que se consiga promover o investimento inclusivo sustentável na cadeia de valor prioritárias em Angola, por região.

"Vai ser uma base importante para tudo que fazemos. Poderemos desenvolver o sector agrário, quando conseguirmos organizar e fixar os problemas e desafios que tem as nossas cadeias de valor, especialmente, aquelas que estão a ser dominadas pelo sector informal e por pequenos produtores", sublinhou a especialista.

A análise funcional da cadeia de valor de grãos (milho e arroz), mandioca, café e hortícolas foram apresentadas pelo docente universitário Yuri Chipuio, um dos prelectores deste evento. (ANGOP)+++

Produção diária de petróleo ainda abaixo das previsões

Luanda - A média diária de produção de petróleo de Angola, no mês de Abril, foi de 1.176.692 barris, dos 1.291.739 mbpd (milhões de barris de petróleos por dia) previstos, menos 115.047 de crude, soube hoje a ANGOP.

A quota de Angola no mês de Abril, resultante dos ajustes iniciais da reunião da OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e parceiros, de 12 de Abril de 2020, era de 1,267 mbpd.

O total da produção diária de crude do mês em referência deste ano de 2021, atingiu os 35.300.759, de acordo com o relatório mensal publicado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG).

Em Março, deste ano, o país também falhou nas previsões de produção, período em que a média foi de 1.138.232 barris de petróleo por dia (mbpd, também designado BOPD), contra 1.146.854 do volume previsto.

Mas se comparado com os níveis totais de produção entre os dois meses (Março e Abril), no mês de Abril registou-se um ligeiro incremento de mais de 155 mil barris. A produção de crude, no mês de Março, foi 35 285 177 barris.

Referir que, no terceiro trimestre deste ano, Angola arrecadou 6,03 mil milhões de dólares com a exportação de 97,8 milhões de barris de petróleo, de acordo com dados do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

Para este mês de Maio, a quota de produção de Angola é de 1.283 mbpd, que sobe para 1.298 mbpd em Junho e 1.319 mbpd em Julho, de acordo com os últimos ajustes feitos pela OPEP+. (ANGOP)+++

Governo realoja mais de mil famílias em Luanda

Luanda - Mil e 560 famílias residentes em zonas de risco na província de Luanda serão realojadas, nos próximos dias, na centralidade do Mayé Mayé, município de Cacuaco, informou, nesta terça-feira, a ministra de Estado para a Área Social.

Carolina Cerqueira disse que deste número já foram realojadas 157 famílias, num projecto estruturado que terá esquadra policial, escolas e centro de saúde.

Conforme a ministra, que falava na abertura da 23ª sessão do Conselho Nacional da Família, o Governo pretende, com esta acção, dar resposta a preocupante situação das famílias que vivem em zonas de risco, garantindo estabilidade e o desenvolvimento harmonioso.

Afirmou que o Executivo está consciente das graves dificuldades enfrentadas pelas famílias angolanas, cujo empobrecimento foi agravado pela crise financeira mundial e os feitos da pandemia da Covid-19, ao que se juntaram, agora, as catástrofes naturais, como a seca no sul do país, a mendicidade, a carência alimentar, o desemprego juvenil.

A governante considerou este quadro como causador da desestruturação social e do agravamento da instabilidade familiar, fragilizando a coesão e integração social.

Afirmou ser evidente no país, com maior incidência em Luanda, o número de crianças na rua, de mães pedintes com bebés e crianças em busca de alimentos e outros meios de sobrevivência, referindo-se também à vulnerabilidade das famílias que recentemente perderam os seus abrigos e bens devido às enxurradas.

No seu entendimento, programas e projectos como o Kwenda, que decorre até 2023 e que prevê apoiar um milhão e 608 mil agregados familiares em situação de pobreza e de grande vulnerabilidade, o Programa de Transferências Sociais Monetárias e o Projecto de Empoderamento das raparigas financiado pelo Banco Mundial no valor de 250 milhões de dólares, demonstram a preocupação do Governo em melhorar a

protecção social e aumentar a sua cobertura familiar de forma equitativa, socialmente justa e sustentável. De acordo com a responsável, uma das apostas do Governo passa pelo emponderamento da família, por contribuir para a redução da pobreza, da vulnerabilidade e proporcionar mais riqueza às nações, desenvolvimento sustentável e humano e melhor crescimento económico.

Em relação ao Conselho Nacional da Família, a ministra realçou a sua importância, por ocorrer num contexto de "grandes desafios" a nível nacional e internacional, fruto dos efeitos da pandemia da Covid-19, que obrigam os governos a se engajarem em acções de assistência emergenciais e iniciativas estruturadas para assegurar a protecção das famílias e mitigar as suas dificuldades económicas e sociais.

O evento serviu para a promoção de uma reflexão sobre os problemas que enfermam as famílias, para o realinhamento dos programas e políticas públicas em prol da valorização da família e do reforço das suas competências.

Em abordagem estiveram questões relacionadas com o "Programa Nacional de Resgate do Valores Morais e Cívicos", "A violência no contexto familiar, a luz do novo código penal" e "Vantagens da implementação das caixas comunitárias de crédito nas escolas de campo, projecto da agricultura familiar orientada para o mercado".

"A experiência da ADRA no empoderamento das famílias SAN; o caso do município de Cacula", " Reflexão sobre o processo de revisão do código da família de Angola" e "A união de facto e procedimentos jurídicos, na perspectiva de orientação familiar" foram outros temas debatidos no encontro. (ANGOP)+++

Textang II produz 250 mil metros de tecido por mês

Luanda - Cerca de 80 dias depois do seu arranque, a fábrica têxtil TEXTANG II já produz 250 mil metros de tecido/mês, segundo o presidente do Conselho de Administração da "Investimentos e Participações" (IEP), empresa gestora desta

unidade. Jorge Amaral, que falava aos jornalistas, nesta terça-feira, no final de uma visita de constatação do ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, disse que a fábrica está num processo gradual da retoma das suas actividades e que nos próximos 90 dias entrará em funcionamento um turno completo, de 370 técnicos.

Até lá, adiantou, aguarda-se por uma produção mensal de 900 mil metros de tecidos/mês (capacidade máxima). "A nossa previsão é que até ao final do ano estejamos a trabalhar já com dois turnos, com 740 trabalhadores, para atingirmos o dobro da produção", enfatizou.

Questionado sobre a aquisição da matéria-prima, o responsável disse que a TEXTANG II está com um stock para atender a produção nos próximos três meses, mas já com encomenda de nova remessa a partir do Tchad e Benin.

Segundo o gestor, para este projecto é fundamental que a matéria-prima seja adquirida no mercado nacional, daí que está a investir no Pólo Agro-Industrial de Quizenga, na província de Malanje, focado para a produção de algodão, num perímetro irrigado de 5 mil hectares, com a expectativa de atender toda a indústria têxtil angolana nos próximos anos.

"Sem a produção de algodão localmente, não poderemos ser competitivos, de maneira que teremos de garantir a auto-suficiência da matéria-prima para o sucesso deste projecto", destacou.

Por sua vez, o ministro da Indústria e Comércio disse que a visita de constatação se inseriu na revisão periódica às fábricas do ramo, depois do processo de privatização da África Têxtil, em Benguela; da SATEC, no Dondo, Cuanza Norte; e esta de Luanda, a TEXTANG II.

Victor Fernandes, que percorreu as instalações da fábrica, depois de uma breve reunião com os seus gestores, considerou satisfatório o funcionamento. "Viemos constatar a produção, e ficamos satisfeitos em ver que as condições do acordo da privatização estão a ser cumpridas", frisou.

Localizada no município do Cazenga, em Luanda, a unidade está capacitada para produzir 900 mil metros de tecido mensalmente, tendo iniciado as actividades no passado mês de Março, com 120 colaboradores nacionais, a trabalharem num único turno diário.

O ministro disse que o departamento que dirige, em parceria com o da Agricultura e Pescas, prestam todo o apoio às indústrias têxteis, para que, a breve trecho, possam adquirir matéria-prima no mercado nacional.

A IEP - uma empresa angolana que ganhou, em Setembro de 2020, o concurso público de adjudicação, é a nova gestora dessa unidade fabril, tendo investido 15 milhões de Dólares americanos para o relançamento do mercado do algodão em Angola. (ANGOP)+++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

QUARTA - FEIRA, 19 DE MAIO DE 2021

Paris: Emmanuel Macron defende produção de vacinas em África

A Cimeira sobre a Economia de África, que contou com a presença do Presidente angolano, João Lourenço, recomendou nesta terça-feira (18), em Paris, a mobilização de financiamento para a produção de vacinas contra a Covid-19 no continente africano.

No encontro, em que participaram dezenas de líderes africanos, o Presidente de França, Emmanuel Macron, defendeu a transferência "imediate" de tecnologia e capacidade intelectual,

a fim de potenciar os países africanos a produzirem vacinas. Segundo o Estadista francês, a intenção é financiar o continente africano com um valor de 100 mil milhões de dólares, por via do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que os países africanos tenham necessidades de financiamento equivalentes a 450 mil milhões de dólares, até 2025, daí a ideia de aumentar a ajuda de emergência.

No evento, que encerrou no início da noite desta terça-feira na capital francesa, o Presidente Emmanuel Macron defendeu a ideia de renovação económica no continente africano. Em nome dos líderes africanos presentes no evento, o Presidente em exercício da União Africana, Félix Tshisekedi, sublinhou as consequências económicas da pandemia Covid-19 no continente e a necessidade da sua recuperação. (J.A)++++

Justiça reafirma aposta na prevenção do crime

O Executivo reafirmou ontem, em Luanda, o compromisso de promover a cooperação internacional e a justiça penal no país, bem como implementar políticas e estratégias para a prevenção do crime.

A garantia foi manifestada pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, na abertura da 30ª sessão da Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal, que decorre por videoconferência.

O ministro prometeu "total empenho" do Executivo na aprovação de medidas legislativas, administrativas e políticas para enfrentar o fenómeno global do crime, bem como promover a justiça penal, fortalecendo o Estado Democrático e de Direito.

Francisco Queiroz valorizou o fórum, enquanto momento de troca de conhecimentos, experiências e informações entre vários países. Para o mundo global de hoje, disse, o diálogo multilateral tem grande relevância para o desenvolvimento de estratégias nacionais e internacionais e para a criação de mecanismos de prevenção do crime e a justiça penal.

O Executivo angolano, acrescentou, tem registado avanços substanciais face às mudanças ocorridas na organização do Sistema de Justiça. Entre as leis aprovadas até ao momento, o ministro destacou os novos Códigos Penal e de Processo Penal, leis sobre a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, contra a Proliferação de Armas de Destruição em Massa, sobre a utilização e formalização da prova obtida por meio de Videovigilância, de Acções Encobertas e de Escutas, sobre a Protecção da Vítima, da Testemunha e de Arguidos.

Colaboradores, entre outra legislação com impacto na prevenção e combate ao crime. O ministro solicitou o apoio de países e organizações internacionais especializadas como o Escritório das Nações Unidas sobre Droga e Crime (UNODC), dada a "complexidade" dos crimes.

Destacou o facto de Angola ter assinado, ao longo dos últimos anos, acordos internacionais de cooperação judiciária com diversos Estados, em matérias penal e cível, para tornar mais eficaz a prevenção do crime e a justiça penal.

Ensino dos Direitos Humanos

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos destacou ontem, em Luanda, a celebração de 15 Protocolos de Cooperação com instituições do Ensino Superior para a integração de conteúdos de Direitos Humanos nos programas e currículos académicos.

Discursando por videoconferência, no fórum da CPLP sobre Educação para a Justiça, Francisco Queiroz anunciou que está em curso, no âmbito do projecto de Revisão Curricular, um trabalho com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), para a incorporação de informação sobre o Direito, a Justiça e os Direitos Humanos.

*(J.A)*****

BP e ENI vão criar empresa conjunta em Angola

As petrolíferas BP e ENI anunciaram esta quarta-feira (19), a celebração de um memorando de entendimento não

vinculativo para a criação de uma empresa conjunta em Angola, incluindo os seus interesses nos sectores de petróleo, gás e LNG no país.

De acordo com um comunicado que o Jornal de Angola teve acesso, as empresas já informaram ao Executivo angolano, referindo que, qualquer transacção final será sujeita a aprovações por parte do governo, autoridades reguladoras e parceiros.

As duas empresas que actuam no país, acreditam que a aliança poderá trazer oportunidades significativas para ambas, com vista a impulsionar futuros desenvolvimentos e operações em Angola.

"Espera-se em particular que sejam geradas sinergias significativas, que seja criada uma operação mais eficiente, o aumento dos investimentos e o crescimento na bacia", lê-se no documento. A nova aliança, esclarece a nota, poderá reflectir o empenho de ambas as empresas em continuar a desenvolver o potencial do sector de upstream em Angola.

"A nova empresa será financiada pela BP e pela ENI, beneficiará das competências e do pessoal de ambas e espera-se que seja auto-financiada", acrescenta o comunicado.

Futuras oportunidades

De acordo com o documento, as petrolíferas desenvolveriam um plano de negócios que permitisse capturar futuras oportunidades de exploração, desenvolvimento e a possibilidade de um aumento do portfólio em Angola e a nível regional.

"O desempenho em termos de segurança, saúde e ambiente, concretização de projectos e eficiência de produção serão áreas prioritárias para a direcção. Os compromissos de investimento social das empresas no país continuarão a ser honrados", informaram.

Por outro lado, foram nomeados por ambas as empresas consultores que irão apoiar na angariação de fundos para a nova operação. Em Angola, a BP tem operações nos blocos 18 e 31, participações nos blocos 15, 17, 20 e brevemente no bloco 29.

Tem igualmente participação no Novo Consórcio de Gás (NCG) e na Angola LNG. Já a ENI opera no bloco 15/06 e nos blocos de exploração Cabinda Norte, Cabinda Centro, 1/14 e brevemente o bloco 28, e é também operadora do "Novo Consórcio de Gás" ('NGC").

Além disso, a ENI tem participação em blocos operados por parceiros: 0 (Cabinda), 3/05, 3/05A 14, 14 K/A-IMI, 15 e Angola LNG. (J.A)*****

Banca disponibiliza 68,5 mil milhões de kwanzas em 2021

Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), disse que desde o início das actividades, em 2019, cerca de 539,9 mil milhões de kwanzas já foram aplicados para a execução de 780 projectos, perspectivando mais de 50 mil postos de trabalho.

Mais de 68,5 mil milhões de kwanzas foram disponibilizados em 2021, pelas várias instituições financeiras que apoiam o PRODESI, informou ontem, em Luanda, o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João que fazia o balanço das acções desenvolvidas durante o período que vai de 10 a 14 de Maio, no domínio do Programa de Dos pacotes de financiamento só em 2021, o Aviso 10/20 disponibilizou 65,7 mil milhões kwanzas, em 30 projectos aprovados e as Medidas de Alívio Económico desembolsou 2,8 mil milhões (89).

Este ano, a linha de crédito do Deutsche Bank, o Projecto de Apoio ao Crédito (PAC) e outros instrumentos e produtos financeiros da banca comercial não aprovaram nenhum projecto ligado ao PRODESI. Na semana em análise foram reportados dois projectos aprovados, para as províncias de Luanda e Bengo, sendo um ligado ao sector da indústria transformadora e igual número na agricultura.

Revelou que encontram-se em negociação na banca 58 projectos, dos quais 32 estão a ser negociados no âmbito do Aviso 10/20 do BNA, um através da linha de crédito Deutsche

Bank, igual número no quadro do Decreto Presidencial 98/20 bens de origem nacional e 24 pelo PAC. No geral, desde 2019, o sector da Agricultura com 357 continua a liderar os projectos ligados ao PRODESI, seguido o do comércio e distribuição (226), indústria transformadora (113), pecuária (30), aquicultura (24), pesca marítima (25) e pesca continental (5).

Até agora, a distribuição provincial dos projectos aprovados indica que Luanda encabeça a lista com 168, Benguela (60), Huambo (58), Huíla (49), Cuanza Sul (43), Cuando Cubango e Bengo com 40, cada, Bié (38), Uíge (36), Lunda-Sul e Malanje (32, cada) Cunene e Namibe (30, cada). A província de Cabinda conta com 28 projectos já aprovados desde 2019, seguida da Lunda-Norte (25), Zaire e Cuanza-Norte (24, cada) e Moxico (23), totalizando 780 projectos aprovados desde 2019, no quadro do PRODESI.

Produtores

Mário Caetano João informou que continua a decorrer o cadastramento dos produtores, no Portal da Divulgação da Produção Nacional (PPN), sendo que em termos acumulados, desde a sua operacionalização, o Portal comporta 12.517 produtores nacionais, mais 223 que na semana passada.

Por província, a Huíla conta com 2.053 produtores registados, Bié (1.586), Huambo (1.580), Malanje (1.237), Luanda (1.012), Cunene (806), Benguela (623), Lunda-Sul (545), Bengo (426), Cuanza-Norte (583), Uíge (328), Cuanza-Sul (518), Cabinda (258), Zaire (241), Lunda-Norte (228), Namibe (232), Cuando Cubango (128), e Moxico (133).

Quanto ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), na semana em análise, foram registados 61 pedidos de crédito num valor de 162,1 milhões de kwanzas. Desde a operacionalização da linha de financiamento de micro-crédito das Medidas do Alívio Económico, disse o secretário de Estado, foram registados 2.347 pedidos, num valor aproximado 5,4 mil milhões de kwanzas.

Do número de pedidos solicitados, na semana finda foram efectivamente financiados 47 candidatos em quatro sectores de actividade, no valor de 85,1 milhões de kwanzas, sendo produtos e serviços da cadeia de agro-negócio (41,3 milhões), Logística e Distribuição de Produtos Agro-alimentar e de Pesca (6 31,8 milhões), Produção Cultural e Artística (10,9 milhões) e Desenvolvimento de softwares (1,1 milhão).

O stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 1,9 mil milhões de kwanzas. O "produto financeiro" do Decreto Presidencial DP 98/20 já permitiu a formalização de 929 micro e pequenas empresas, sendo que até ao final de 2022, a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional formalizar 2 mil micro e pequenas empresas.

Para este ano, apontou, a programação é de 750 micro e pequenas empresas formalizadas, sendo que em 2021 já foram formalizadas 679. Deste a operacionalização da linha de micro-crédito, foram perspectivados 2.453 postos de emprego. (J.A)++++

FAA reforçam noções sobre defesa nacional

Oficiais generais das Forças Armadas Angolanas (FAA) e directores nacionais do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria participam, desde ontem, em Luanda, num seminário sobre defesa nacional, promovido pelo Instituto de Defesa Nacional, até ao dia 23 deste mês.

O seminário visa reforçar os conhecimentos dos participantes sobre a defesa nacional. O secretário de Estado para a Defesa Nacional, José Maria de Lima, disse, na abertura do seminário, que a formação ocorre num momento desafiante, em que as FAA são chamadas a reforçar a coesão no funcionamento dos serviços e órgãos.

José Maria de Lima disse que "é preciso evidenciar a unidade nacional e a capacidade de afirmação no contexto das Nações, quer a nível regional, continental e mundial". "Trata-se de uma acção formativa que visa uniformizar procedimentos no

modo de actuar, com ênfase numa maior unidade de pensamento e de interpretação dos fenómenos políticos, económicos, sociais, culturais e militares, com base em padrões científicos universalmente aceites", sublinhou.

A formação, acrescentou, tem como objectivo uniformizar a forma de actuação das Forças Armadas com base na Constituição da República e da legislação específica que suporta a organização e funcionamento dos órgãos de Defesa e Segurança. Visa ainda contribuir no processo de fusão de dois ministérios e a divulgação das linhas que sustentam a reestruturação, redimensionamento e reequipamento do Ministério e das FAA.
(J.A)++++

ANIESA: Há operadores a cooperar para controlar o mercado da cesta básica

A Autoridade Nacional de Inspeção e Segurança Alimentar (ANIESA) identificou operadores económicos a actuarem em cartel, uma espécie de acordo de cooperação para controlar o mercado da cesta básica, determinando os preços e limitando a concorrência.

Numa operação "Baixa de Preços", iniciada no dia 5 e terminada na sexta-feira, com o envolvimento de agentes do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e da Agência Geral Tributária (AGT), foram realizadas 70 visitas em estabelecimentos comerciais, onde se constatou 100 infracções e notificados 64 operadores económicos, por falta de estrutura de cálculos de preços, falta de factura de aquisição e falta de processo de importação.

Num comunicado divulgado nesta terça-feira (18), a ANIESA indica que foram identificados "20 casos relevantes de especulação e 40 casos com fortes indícios de especulação". Os casos de aumentos de preços nos produtos, variaram entre 100 e 2.000 kwanzas.

Diante de casos especulativos, a ANIESA garante aplicar multas que vão até 500 milhões de Kwanzas e que já foram já foram instaurados 10 processos crimes a operadores económicos.

No balanço dos nove dias de fiscalização, a ANIESA informa que identificou, também, no mercado nacional, monopólios (um único fornecedor a dominar a oferta de um produto ou serviço) e oligopólios (pequeno número de empresas oferecendo certo produto ou serviço).

Na cesta básica, segundo a ANIESA, ao atuar em cartel, os operadores prejudicam os consumidores, pois aumentam os preços e restringem a oferta de produtos ou serviços, ou inviabiliza a aquisição deles.

Os cartéis, indica o comunicado, são "bem financiados, sendo que as suas acções são bem coordenadas por indivíduos de diferentes nacionalidades, inclusive nacionais". A ANIESA informa ainda que os operadores económicos encontraram alguns artifícios para contornarem a Lei, adicionando vários intervenientes grossistas antes dos produtos serem vendidos ao consumidor final, aumentando várias vezes os 20 por cento de margem de lucro, mais IVA 14 por cento.

Constatou-se que estes operadores imputam custos inexistentes na elaboração da estrutura de cálculo, bem como duplicam facturas, uma para a partilha do lucro e outra é para justificação na AGT.

"Deste trabalho, temos estado a constatar que os objectivos destes cidadãos, visa retirar a maior quantidade possível dos cambiais (dólares e euros) de Angola, bem como maximizar os lucros", indica a ANIESA.

Os operadores económicos envolvidos na prática de especulação estão a ser responsabilizados criminalmente pelos Serviços de Investigação Criminal (SIC), enquanto as situações de duplicidade de facturas estão entregues à AGT.

Operação leva à baixa de preços

A operação permitiu já baixar alguns preços. O Arroz Jaguar e Bsrat passou de 12.400 para 11.362 Kwanzas, enquanto o Feijão (25kg) baixou para 26 mil contra os 28 mil anteriores. O saco de farinha de trigo, de 10 quilogramas, caiu de 5.800 para

5.500, a caixa de óleo vegetal Alimo que estava a ser comercializado a 14 mil, baixou para 13.800. A caixa de coxa passou de 9.603,75 Kwanzas para 8.011,34 Kwanzas e o de frango caiu para 15.470,25 Kwanzas, quando estava a ser vendida a 17.128,29 Kwanzas. O açúcar alto alegre baixou 500 kwanzas, passando de 26.000 para 25.500 Kwanzas. (J.A)++++